



## **Demonstrações Financeiras Semestrais**

**Preparadas de Acordo com as  
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis  
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco  
Central do Brasil**

**Banco RCI Brasil S.A.**

**30 de junho de 2023**

## Índice das Demonstrações Financeiras

	<b>Página</b>
Relatório da Administração	3
Relatório dos Auditores Independentes	5
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	10
Demonstrações dos Resultados	12
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	13
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	14
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	15
Demonstrações do Valor Adicionado	16
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	17
Relação dos Administradores	39
<b>Declarações:</b>	
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	41

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

## Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

## Evento Societário

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Em virtude da Resolução CMN nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de maio de 2023, os acionistas deliberaram o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente, sendo:

- Dividendos intercalares, à conta do resultado apurado no período pela Companhia, deliberados em maio de 2023, no valor total de R\$ 10.555 (dez milhões de reais), os quais foram pagos em maio de 2023.
- Dividendos intermediários, distribuída a totalidade do lucro líquido remanescente, deliberados em maio de 2023, no valor total de R\$ 107.556 (cento e sete milhões de reais), os quais foram pagos em maio de 2023.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

## Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$1.289 milhões em 30 de junho de 2023, apresentando redução de 10% em relação a R\$1.426 milhões em 31 de dezembro de 2022. O lucro líquido apresentado no período findo em 30 de junho de 2023 foi de R\$61 milhões (30/06/22 -R\$56 milhões).

## Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2023, os ativos totais atingiram R\$11.133 milhões (31/12/2022 – R\$10.988 milhões) e estão representados, principalmente, pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante líquido de R\$8.075 milhões (31/12/2022 – R\$8.557 milhões).

Em 30 de junho de 2023, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por depósitos interfinanceiros no montante de R\$3.596 milhões (31/12/2022 – R\$3.083 milhões), recursos de aceites cambiais e emissão de títulos e letras financeiras em R\$5.641 milhões (31/12/2022 – R\$5.625 milhões).

## Conjuntura Econômica

Ao final do segundo trimestre de 2023, o Banco RCI Brasil observou a mediana das projeções de agentes econômicos quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 2,1% em 2023 frente à expansão de 2,9% no ano anterior. A projeção para 2023 é maior que a observada no final do primeiro trimestre de 2023 (0,9%) e, na avaliação do Banco, a revisão altista foi provocada pela surpresa positiva registrada no 1T23 decorrente do forte desempenho do setor agropecuário. Entretanto, a despeito da surpresa positiva no início do ano, a dinâmica das atividades mais ligadas ao ciclo econômico reforçou a percepção de que a economia se encontra em ritmo de desaceleração na esteira dos efeitos contracionistas advindos do ciclo de elevação da taxa de juros iniciado em 2021 e encerrado em agosto de 2022. Além da contribuição do setor agrícola, parece-nos que a perspectiva de permanência da variação do PIB em terreno positivo decorre da manutenção dos estímulos fiscais que foram implementados ao longo de 2022 e que foram parcialmente estendidos no início de 2023. Os dados

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

de atividade econômica recém divulgados vieram em linha com nossa estimativa de desaceleração do PIB nos trimestres seguintes, mas o início mais promissor do ano levou-nos a revisar nossa projeção de expansão do PIB brasileiro de 0,8% para 1,9% em 2023.

No segundo trimestre de 2023, o Banco testemunhou a variação interanual do IPCA recuar para 3,0% frente ao patamar de 4,7% observado ao final de março 2023. Apesar do recuo ter trazido a inflação interanual para patamar inferior à meta de 3,25% determinada para 2023, o movimento foi causado em grande parte por causa dos efeitos de cortes temporários de impostos introduzidos no segundo semestre do ano passado. Porém, esta redução de impostos deixará de valer a partir do 3T23 e, na visão do Banco, deverá resultar em elevação da inflação interanual para níveis superiores tanto à meta quanto ao teto do intervalo de tolerância estipulado no regime monetário. Assim, o Banco entende que este ambiente inflacionário e o balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha justificado a manutenção da taxa básica em 13,75% a.a. entre o final do primeiro trimestre de 2023. O Banco RCI Brasil julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária, principalmente após a aprovação do novo arcabouço fiscal, com sinalização do governo que ampliará o montante de gastos públicos a partir deste ano, o que poderá tornar o processo de desinflação mais lento. Neste sentido, o Banco projeta que a taxa Selic atingirá 12,25% a.a. ao final de 2023 e 10,50% a.a. no encerramento de 2024.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco RCI Brasil viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano flutuar entre R\$4,76/US\$ e R\$5,08/US\$ no segundo trimestre e encerrar o período cotada a R\$4,80/US\$. Ou seja, patamar inferior à cotação de R\$5,06/US\$ verificada no encerramento do 1T23. Na visão do Banco, a valorização do real adveio da aprovação do novo arcabouço fiscal que reduziu as incertezas quanto à trajetória da dívida pública no curto prazo. Contudo, a volatilidade demonstrada pela trajetória do real está alinhada com nossa previsão de que a taxa de câmbio terá espaço limitado para registrar valorização significativa nos próximos anos. Na verdade, projetamos que a taxa de câmbio atingirá R\$5,40/US\$ ao final de 2023 e R\$5,50/US\$ ao final de 2025.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco julgou desfavorável e que teve como destaques os seguintes temas: 1) manutenção de pressões inflacionárias ao redor do globo; 2) sinalização de ajuste mais extenso na política monetária dos EUA, a despeito da pausa efetuada na reunião do FOMC em junho de 2023; 3) intensificação no ritmo de normalização da política monetária na Zona do Euro, seguida de declarações de continuidade no ciclo de aperto monetário na região e; 4) frustração quanto ao ritmo de recuperação da economia chinesa. No ambiente doméstico, o Banco RCI Brasil entende que os principais temas foram os seguintes: 1) aprovação do novo arcabouço fiscal e da Proposta de Emenda Constitucional que altera a tributação sobre consumo pela Câmara dos Deputados; 2) surpresa positiva com crescimento econômico no 1T23 derivada de crescimento significativo do setor agropecuário e; 3) manutenção das metas e bandas de tolerância do regime inflacionário para os próximos anos, reforçando a possibilidade de cortes de juros ao longo do terceiro trimestre de 2023.

### Auditoria Independente

A política de atuação do Banco RCI Brasil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander, do qual o Banco RCI Brasil passou a integrar em 26 de dezembro de 2017.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 162/2022, o Banco RCI Brasil informa que no semestre findo em 30 de junho de 2023, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes LTDA e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras Semestrais.

As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência.

### Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 11 de agosto de 2023.

**O Conselho de Administração**

**A Diretoria**



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
The Five East Batel  
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel  
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3304-2500  
kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas do  
Banco RCI Brasil S.A.  
Curitiba - PR

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco RCI Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco RCI Brasil S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do semestre corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

– **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.i e 8, para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica suas operações (que compreendem as operações de crédito e de arrendamento mercantil), em nove níveis de risco. A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito leva em consideração a avaliação de diversas premissas (internas e externas) para determinação do rating, incluindo inadimplência dos clientes e garantia das operações, cenário econômico atual, setor de atividade econômica e demais fatores definidos na Resolução do

Conselho Monetário Nacional - CMN 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perda, envolvem premissas e julgamento baseados em suas metodologias internas de classificação de risco e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito registrada representa a melhor estimativa do Banco. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas inerentes à determinação da estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e também devido à complexidade dos métodos e premissas utilizados e ao julgamento envolvido na sua determinação, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:

- avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pelo Banco relacionados aos processos de apuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes processos: aprovação e registro das operações de crédito e de arrendamento mercantil, classificação e atualização dos ratings dos clientes e operações que são base para a apuração da provisão.
- avaliamos o cálculo aritmético, incluindo a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais, descritas nas notas explicativas nº 3.j e 8.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2023.



### **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2023 elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras individuais e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor**

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais .



## **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais do semestre corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 14 de agosto de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda  
CRC PR-007945/F-7

Rodrigo de Mattos Liã  
Contador CRC 1SP-252418/O-3

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Balanco Patrimonial**

	Notas Explicativas	30/06/2023	31/12/2022
<b>Ativo Circulante</b>		<b>4.859.555</b>	<b>5.167.407</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>178.548</b>	<b>28.426</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>4.708.358</b>	<b>5.150.676</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	<b>4</b>	60.000	127.084
Títulos e Valores Mobiliários	<b>5.a</b>	163.330	189.339
Instrumentos Financeiros Derivativos		72.301	124.201
Operações de Crédito	<b>8.b</b>	4.112.408	4.404.017
Outros Ativos Financeiros	<b>6</b>	300.319	306.035
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>8.c</b>	<b>26.285</b>	<b>46.879</b>
<b>Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>8.f</b>	<b>(98.229)</b>	<b>(104.770)</b>
<b>Outros Ativos</b>	<b>10</b>	<b>41.918</b>	<b>44.056</b>
<b>Ativos Fiscais Correntes</b>	<b>9.a</b>	<b>2.675</b>	<b>2.140</b>
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>6.273.780</b>	<b>5.821.061</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>5.810.245</b>	<b>5.390.737</b>
Títulos e Valores Mobiliários	<b>5.a</b>	1.830.422	1.219.149
Instrumentos Financeiros Derivativos		44.594	76.603
Operações de Crédito	<b>8.b</b>	3.935.229	4.094.985
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>8.c</b>	<b>1.321</b>	<b>10.754</b>
<b>Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>8.f</b>	<b>(152.748)</b>	<b>(174.550)</b>
<b>Outros Ativos</b>	<b>10</b>	<b>236.001</b>	<b>238.498</b>
<b>Ativos Fiscais Diferidos</b>	<b>9.b</b>	<b>373.883</b>	<b>349.972</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>11</b>	<b>2.245</b>	<b>2.386</b>
Imobilizado de Uso		5.612	5.543
Depreciações Acumuladas		(3.367)	(3.157)
<b>Intangível</b>	<b>12</b>	<b>2.833</b>	<b>3.264</b>
Ativos Intangíveis		9.898	9.898
Amortizações Acumuladas		(7.065)	(6.634)
<b>Total do Ativo</b>		<b>11.133.335</b>	<b>10.988.468</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas		
	Explicativas	30/06/2023	31/12/2022
<b>Passivo Circulante</b>		<b>3.740.955</b>	<b>3.817.483</b>
<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b>		<b>3.439.084</b>	<b>3.220.514</b>
Depósitos	13.a	1.906.282	1.583.999
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	1.522.616	1.620.801
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	3.124	10.629
Outros Passivos Financeiros		7.062	5.085
<b>Outros Passivos</b>	<b>14</b>	<b>233.480</b>	<b>487.767</b>
<b>Passivos Fiscais Correntes</b>	<b>9.c</b>	<b>68.391</b>	<b>109.202</b>
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>6.103.384</b>	<b>5.744.632</b>
<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b>		<b>5.867.171</b>	<b>5.508.804</b>
Depósitos	13.a	1.689.575	1.498.746
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	4.118.145	4.003.769
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	59.451	6.289
<b>Outros Passivos</b>	<b>14</b>	<b>202.201</b>	<b>149.572</b>
<b>Passivos Fiscais Diferidos</b>	<b>9.c</b>	<b>34.012</b>	<b>86.256</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>16</b>	<b>1.288.996</b>	<b>1.426.353</b>
Capital Social		985.225	985.225
Reservas de Lucros		327.645	384.674
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(23.874)	56.454
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.288.996</b>	<b>1.426.353</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>11.133.335</b>	<b>10.988.468</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Demonstrações dos Resultados**

	Notas Explicativas	30/06/2023	30/06/2022
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>962.624</b>	<b>925.472</b>
Operações de Crédito		652.425	603.160
Operações de Arrendamento Mercantil		93.379	125.865
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		130.004	89.275
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		68.047	89.922
Resultado das Aplicações Compulsórias		18.769	17.250
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(745.119)</b>	<b>(702.537)</b>
Operações de Captação no Mercado		(561.729)	(467.728)
Operações de Arrendamento Mercantil		(92.001)	(120.409)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(91.389)	(114.400)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>217.505</b>	<b>222.935</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(111.429)</b>	<b>(115.123)</b>
Receitas de Prestação de Serviços		6.710	6.416
Rendas de Tarifas Bancárias	18	31.822	23.044
Despesas de Pessoal		(23.482)	(21.643)
Outras Despesas Administrativas	19	(83.357)	(92.624)
Despesas Tributárias		(31.630)	(17.203)
Outras Receitas Operacionais	20	81.344	65.791
Outras Despesas Operacionais	21	(92.836)	(78.904)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>106.076</b>	<b>107.811</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>22</b>	<b>94</b>	<b>940</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		<b>106.170</b>	<b>108.751</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>9.d</b>	<b>(42.989)</b>	<b>(50.722)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(35.247)	(57.149)
Provisão para Contribuição Social		(14.750)	(31.522)
Ativo Fiscal Diferido		7.008	37.949
<b>Participação dos Empregados no Lucro</b>		<b>(2.099)</b>	<b>(1.731)</b>
<b>Lucro Líquido</b>		<b>61.082</b>	<b>56.298</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	30/06/2023	30/06/2022
<b>Lucro Líquido</b>	<b>61.082</b>	<b>56.298</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas</b>	<b>(80.328)</b>	<b>1.590</b>
<b>Ativo Financeiros Disponíveis para Venda</b>	<b>(1)</b>	<b>(49)</b>
Ajuste ao Valor de Mercado	(2)	(93)
Imposto de Renda	1	44
<b>Hedges de fluxo de caixa</b>	<b>(80.327)</b>	<b>1.639</b>
Ajuste ao Valor de Mercado	(153.170)	3.130
Imposto de Renda	72.843	(1.491)
<b>Resultado Abrangente</b>	<b>(19.247)</b>	<b>57.888</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

	Reservas de Lucro					Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>985.225</b>	<b>78.950</b>	<b>337.614</b>	<b>122.761</b>	-	<b>1.524.550</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	1.591	-	<b>1.591</b>
Lucro Líquido	-	-	-	-	56.298	<b>56.298</b>
<b>Destinações:</b>						
Reserva Legal	-	2.815	-	-	(2.815)	-
Dividendos	-	-	-	-	(30.000)	<b>(30.000)</b>
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	23.483	-	(23.483)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2022</b>	<b>985.225</b>	<b>81.765</b>	<b>361.097</b>	<b>124.352</b>	-	<b>1.552.439</b>

	Reservas de Lucro					Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>985.225</b>	<b>89.506</b>	<b>295.168</b>	<b>56.454</b>	-	<b>1.426.353</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	(80.328)	-	<b>(80.328)</b>
Lucro Líquido	-	-	-	-	61.082	<b>61.082</b>
<b>Destinações:</b>						
Reserva Legal	-	3.054	-	-	(3.054)	-
Dividendos	-	-	(118.111)	-	-	<b>(118.111)</b>
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	58.028	-	(58.028)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2023</b>	<b>985.225</b>	<b>92.560</b>	<b>235.085</b>	<b>(23.874)</b>	-	<b>1.288.996</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Demonstrações de Fluxo de Caixa**

	Nota	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Lucro Líquido</b>		<b>61.082</b>	<b>56.298</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido</b>		<b>90.164</b>	<b>83.159</b>
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	91.389	114.575
Ativos e Passivos Fiscais Diferidos	9.d	(7.050)	(37.949)
Depreciações e Amortizações		641	643
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	15.c	15.433	12.000
Atualização de Depósitos Judiciais	20	(7.865)	(3.914)
Atualização de Impostos a Compensar	20	(2.384)	(2.196)
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>		<b>(76.435)</b>	<b>(56.748)</b>
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(536.026)	(553.290)
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		361.660	307.598
Redução (aumento) em Outros Créditos		(34.862)	66.226
Redução (aumento) em Depósitos		513.112	188.385
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(410.373)	(103.678)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		30.054	38.011
<b>Impostos Pagos</b>		<b>(87.157)</b>	<b>(106.883)</b>
<b>Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades Operacionais</b>		<b>(12.346)</b>	<b>(24.174)</b>
<b>Atividades de Investimento</b>			
Aquisição de Imobilizado de uso		(69)	21
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento</b>		<b>(69)</b>	<b>21</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>			
Emissão de Obrigações de Longo Prazo		711.934	1.325.433
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(285.369)	(851.634)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	16.b	(331.112)	(30.000)
<b>Caixa Líquido Originado em Atividades de Financiamento</b>		<b>95.453</b>	<b>443.799</b>
<b>Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>83.038</b>	<b>419.646</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre</b>	4	<b>155.510</b>	<b>32.050</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre</b>	4	<b>238.548</b>	<b>451.696</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Demonstrações do Valor Adicionado**

	Nota	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022	
Receitas da Intermediação Financeira		962.624	925.472	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		38.534	29.459	
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(91.389)	(114.400)	
Outras Receitas (Despesas)		(11.400)	(12.173)	
Despesas da Intermediação Financeira		(653.729)	(588.137)	
<b>Insumos de Terceiros</b>		<b>(82.259)</b>	<b>(91.557)</b>	
Serviços de Terceiros		(20.243)	(27.468)	
Outros		(62.016)	(64.089)	
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>162.381</b>	<b>148.664</b>	
<b>Retenções:</b>				
Depreciações e Amortizações		(641)	(643)	
<b>Valor Adicionado Bruto a Distribuir</b>		<b>161.740</b>	<b>148.021</b>	
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>				
<b>Pessoal</b>		<b>22.189</b>	<b>14%</b>	<b>20.239</b> <b>14%</b>
Remuneração		16.401		14.630
Benefícios		3.789		3.669
FGTS		1.221		1.174
Outras		778		766
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>		<b>78.012</b>	<b>48%</b>	<b>71.060</b> <b>48%</b>
Federais		76.945		69.111
Municipais		1.067		1.949
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		458	0%	424
Remuneração de Capitais Próprios		61.082	38%	56.298
<b>Total</b>		<b>161.741</b>	<b>100%</b>	<b>148.021</b> <b>100%</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## 1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 1º andar - Conjunto 101 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

## 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco RCI Brasil, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco RCI Brasil. O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco Santander está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco Santander está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2023, na reunião realizada em 11 de agosto de 2023.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

### 3. Principais Práticas Contábeis

#### a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

#### b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

#### c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

#### d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

#### e) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

#### f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - Títulos para negociação;

II - Títulos disponíveis para venda; e

III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.

### **g) Instrumentos Financeiros Derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "Hedge" de risco de mercado; e

II - "Hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

### **h) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)**

A Resolução CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco RCI Brasil passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## **i) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/2008, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Resolução CMN nº 4.855/2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo risco de crédito é detido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação.

### **I.1) Reestruturação de Crédito**

A Resolução CMN nº 4.803/2020, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855/2020 mencionada acima, permitiu às Instituições Financeiras reclassificar para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas entre 1º de março a 31 de dezembro de 2020, não incluindo aquelas operações com atraso igual ou superior a quinze dias em 29 de fevereiro de 2020 e que apresentem evidências de incapacidade de honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

### **j) Despesas Antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

#### **j.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários**

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## **k) Permanente**

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

### **k.1) Imobilizado de Uso**

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

### **k.2) Intangível**

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

## **l) Captações, Emissões e Outros Passivos**

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 13).

## **m) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras Semestrais.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 15.f) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras Semestrais.

## **n) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

### **o) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022.

### **p) Juros sobre o Capital Próprio**

A Resolução delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

### **q) Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

### **r) Estimativas Contábeis**

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das Demonstrações Financeiras Semestrais são revisadas pelo menos Trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e a realização dos ativos fiscais diferidos. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

#### s) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

A Resolução CMN nº 4.747, entre outros requisitos, estabelece que a depender da origem dos ativos não financeiros mantidos para venda, as instituições financeiras devem os classificar como:

a) próprios;

b) recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa como forma de pagamento de instrumentos financeiros de duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

A Resolução CMN nº 4.748, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo na mensuração de elementos patrimoniais e de resultado, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de tais elementos esteja prevista em regulamentação específica.

#### t) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares Bacen nº 3.776/15 e nº 3.174/03), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

#### u) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, a administração do Banco RCI Brasil considera que o lucro líquido do primeiro semestre foi de R\$61.082 milhões (30/06/2022 - R\$56.298 milhões), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

#### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022	31/12/2021
<b>Disponibilidade</b>	<b>178.548</b>	<b>28.426</b>	<b>47.802</b>	<b>5.050</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>60.000</b>	<b>127.084</b>	<b>403.894</b>	<b>27.000</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	60.000	127.084	403.894	27.000
<b>Total</b>	<b>238.548</b>	<b>155.510</b>	<b>451.696</b>	<b>32.050</b>

As informações relativas a 31 de dezembro de 2022, 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## 5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

### a) Títulos e Valores Mobiliários

#### I) Resumo da Carteira por Categorias

			30/06/2023	31/12/2022
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>1.993.785</b>	<b>(33)</b>	<b>1.993.752</b>	<b>1.408.488</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>163.363</b>	<b>(33)</b>	<b>163.330</b>	<b>189.339</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	163.363	(33)	163.330	189.339
<b>Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>1.830.422</b>	<b>-</b>	<b>1.830.422</b>	<b>1.219.149</b>
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos)	1.830.422	-	1.830.422	1.219.149
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>1.993.785</b>	<b>(33)</b>	<b>1.993.752</b>	<b>1.408.488</b>
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos – Ativo</b>	<b>1.993.785</b>	<b>(33)</b>	<b>1.993.752</b>	<b>1.408.488</b>

As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

O Banco RCI Brasil S.A. investe em cotas do Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos), que tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios detidos exclusivamente pelas montadoras Renault do Brasil S.A. e Nissan do Brasil Automóveis Ltda., relativos a vendas de Veículos Novos pelas suas respectivas redes de concessionárias. As cotas do FIDC Venda de Veículos têm classificação única, não havendo classe de subordinação entre elas.

#### II) Abertura por Vencimento

				30/06/2023	31/12/2022
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>28.901</b>	<b>134.429</b>	<b>1.830.422</b>	<b>1.993.752</b>	<b>1.408.488</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>28.901</b>	<b>134.429</b>	<b>-</b>	<b>163.330</b>	<b>189.339</b>
LFT	28.901	134.429	-	163.330	189.339
<b>Títulos Privados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.830.422</b>	<b>1.830.422</b>	<b>1.219.149</b>
FIDC Venda de Veículos <sup>(1)</sup>	-	-	1.830.422	1.830.422	1.219.149
<b>Total</b>	<b>28.901</b>	<b>134.429</b>	<b>1.830.422</b>	<b>1.993.752</b>	<b>1.408.488</b>

(1) Referem-se a Cotas de fundo de investimento em direitos creditórios.

Para a abertura por vencimento das LFT's e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e o prazo de encerramento dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço. As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base nas referências dos preços de mercado e suas perdas associadas ao risco de crédito atualizadas pelos critérios da Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## b) Instrumentos Financeiros Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos está relacionado a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco RCI Brasil nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco RCI Brasil tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e com uso em cotações. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

## I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

	30/06/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>		
"Swap" Negociação _ Diferencial a Receber		
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Receber	116.895	200.804
<b>Total</b>	<b>116.895</b>	<b>200.804</b>
<b>Passivo</b>		
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Pagar	(61.843)	(16.918)
"Swap" Negociação - Diferencial a Pagar	(732)	-
<b>Total</b>	<b>(62.575)</b>	<b>(16.918)</b>

No período findo em 30 de junho de 2023, foram reconhecidas receitas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$68.047 (30/06/2022 - R\$89.922).

## II) Estratégias de Hedge – Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade e foram efetivos no período conforme estabelecido na Circular Bacen 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

- O Banco RCI Brasil possui operações de hedge cujos objetos são captações através de Letras Financeiras (LF), Letras de Câmbio (LC) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI Brasil consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos. As operações de hedge foram designadas entre maio de 2019 a março de 2023 e os vencimentos são entre janeiro de 2023 e dezembro de 2025.
- Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	30/06/2023			31/12/2022		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
<b>"Swap" - Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"</b>						
<b>Ativo</b>	<b>4.476.505</b>	<b>5.155.249</b>	<b>4.593.399</b>	<b>4.759.805</b>	<b>5.308.360</b>	<b>5.412.239</b>
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros – Taxa referencial (DI)	4.476.505	5.155.249	4.593.399	4.759.805	5.308.360	5.412.239
<b>Passivo</b>	<b>(4.476.505)</b>	<b>(5.054.707)</b>	<b>(4.538.347)</b>	<b>(4.759.805)</b>	<b>(5.232.152)</b>	<b>(5.228.353)</b>
Taxa de Juros Pré -						
Reais	(4.476.505)	(5.054.707)	(4.538.347)	(4.759.805)	(5.232.152)	(5.228.353)
<b>"Hedge" de Fluxo de Caixa</b>	<b>-</b>	<b>100.543</b>	<b>55.052</b>	<b>-</b>	<b>76.208</b>	<b>183.886</b>

Estratégias	30/06/2023			Objetos de Hedge
	Instrumentos de Hedge			Valor Contábil
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	
<b>Contratos de Swap</b>				
Hedge de Captações	(4.476.505)	(5.054.707)	(4.538.347)	(5.587.360)

Estratégias	31/12/2022			Objetos de Hedge
	Instrumentos de Hedge			Valor Contábil
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	
<b>Contratos de Swap</b>				
Hedge de Captações	(4.759.805)	(5.232.152)	(5.228.353)	(5.403.474)

O efeito da marcação a mercado dos contratos de *swap* ativos está contabilizado no patrimônio líquido e corresponde ao valor de R\$45.491 (31/12/2022 - R\$107.679) brutos e R\$23.856 (31/12/2022 - R\$51.209) líquido dos efeitos tributários.

### III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento – Ativos

	Valor Referencial			30/06/2023	31/12/2022
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Operações de Hedge	375.350	1.427.585	2.673.570	4.476.505	4.759.805
<b>Total</b>	<b>375.350</b>	<b>1.427.585</b>	<b>2.673.570</b>	<b>4.476.505</b>	<b>4.759.805</b>

### IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

### 6. Outros Ativos Financeiros

O montante de R\$300.319 (31/12/2022 R\$306.035) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

### 7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as Yields de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas Yields o valor do spread de NTN-B versus DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 30 de junho de 2023, não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "banking" Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré e Pós -Fixadas	(52)	(442)	(66)
<b>Total <sup>(1)</sup></b>		<b>(52)</b>	<b>(442)</b>	<b>(66)</b>

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

**Cenário 1:** uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

**Cenário 2:** uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

**Cenário 3:** uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

### 8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

#### a) Composição Carteira de Crédito e Arrendamento

	30/06/2023	31/12/2022
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	561.633	939.113
Financiamentos - CDC Veiculos	7.486.004	7.559.889
Operação de Arrendamento	27.606	57.633
<b>Total</b>	<b>8.075.243</b>	<b>8.556.635</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Composição Carteira de Crédito e Arrendamento por Vencimento**

<b>Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil</b>	<b>30/06/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Vencidas	71.516	82.182
<b>A Vencer:</b>		
Até 3 Meses	1.256.212	1.747.699
De 3 a 12 Meses	2.810.965	2.621.014
De 1 a 5 Anos	3.931.266	4.100.458
Acima de 5 Anos	5.284	5.282
<b>Total</b>	<b>8.075.243</b>	<b>8.556.635</b>

**b) Carteira de Créditos**

	<b>30/06/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	561.633	939.113
Financiamentos - CDC Veículos	7.486.004	7.559.889
<b>Total</b>	<b>8.047.637</b>	<b>8.499.002</b>

<b>Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito</b>	<b>30/06/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Vencidas	69.678	80.095
<b>A Vencer:</b>		
Até 3 Meses	1.247.100	1.732.779
De 3 a 12 Meses	2.795.630	2.591.143
De 1 a 5 Anos	3.929.945	4.089.704
Acima de 5 Anos	5.284	5.281
<b>Total</b>	<b>8.047.637</b>	<b>8.499.002</b>

**c) Carteira de Arrendamento**

	<b>30/06/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	29.619	63.222
Arrendamentos a Receber	9.476	20.029
Valores Residuais a Realizar <sup>(1)</sup>	20.143	43.193
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(8.616)	(18.634)
Valores Residuais a Balancear	(20.143)	(43.194)
Depreciações Acumuladas	(189.423)	(255.652)
Superveniências de Depreciações	175.774	247.448
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	440	778
Outros Valores e Bens	131	177
Imobilizado de Arrendamento	210.811	307.941
Credores por Antecipação de Valor Residual	(170.987)	(244.455)
<b>Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente</b>	<b>27.606</b>	<b>57.635</b>

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

**Carteira de Arrendamento por Vencimento**

<b>Carteira de Arrendamento a Valor Presente (parcela)</b>	<b>30/06/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Vencidas	1.838	2.087
<b>A Vencer:</b>		
Até 3 Meses	9.112	14.920
De 3 a 12 Meses	15.335	29.872
De 1 a 5 Anos	1.321	10.756
<b>Total</b>	<b>27.606</b>	<b>57.635</b>

**d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades**

<b>Setor Privado</b>	<b>30/06/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Indústria	91.229	81.896
Comércio	909.942	1.252.590
Instituições Financeiras	641	608
Serviços e Outros	558.316	503.537
Pessoas Físicas	6.512.160	6.715.209
Agricultura	2.955	2.795
<b>Total</b>	<b>8.075.243</b>	<b>8.556.635</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**e) Carteira e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco (contrato)**

							30/06/2023
% Provisão		Carteira de Créditos			Provisão		
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal <sup>(1)</sup>	Total	Requerida	Total	
AA	-	298.338	-	298.338	-	-	
A	0,50%	6.067.582	-	6.067.582	30.338	30.338	
B	1%	834.980	146.418	981.398	9.814	9.814	
C	3%	260.147	124.581	384.728	11.542	11.542	
D	10%	40.210	52.836	93.046	9.305	9.305	
E	30%	17.782	31.373	49.155	14.746	14.746	
F	50%	3.416	29.668	33.084	16.542	16.542	
G	70%	2.664	28.075	30.739	21.517	21.517	
H	100%	16.534	120.639	137.173	137.173	137.173	
<b>Total</b>		<b>7.541.654</b>	<b>533.590</b>	<b>8.075.243</b>	<b>250.977</b>	<b>250.977</b>	

							31/12/2022
% Provisão		Carteira de Créditos			Provisão		
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal <sup>(1)</sup>	Total	Requerida	Total	
AA	-	460.411	-	460.411	-	-	
A	0,50%	6.322.163	-	6.322.163	31.611	31.611	
B	1%	882.558	160.517	1.043.075	10.431	10.431	
C	3%	194.982	133.659	328.641	9.859	9.859	
D	10%	41.138	71.362	112.500	11.250	11.250	
E	30%	19.050	43.477	62.527	18.758	18.758	
F	50%	4.801	37.444	42.245	21.123	21.123	
G	70%	3.658	25.627	29.285	20.500	20.500	
H	100%	15.531	140.257	155.788	155.788	155.788	
<b>Total</b>		<b>7.944.292</b>	<b>612.343</b>	<b>8.556.635</b>	<b>279.320</b>	<b>279.320</b>	

(1) Composto por operações que incluem parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

**f) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
<b>Saldo Inicial</b>	<b>279.320</b>	<b>299.879</b>
Constituição (Reversão)	91.389	114.400
Baixas	(119.732)	(99.505)
<b>Saldo Final</b>	<b>250.977</b>	<b>314.774</b>
<b>Créditos Recuperados (1)</b>	<b>17.120</b>	<b>16.437</b>

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de operações de arrendamento mercantil.

No período findo em 30 de junho de 2023 o saldo das renegociações atingiu o montante de R\$266.389 (31/12/2022 R\$270.366).

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## 9. Ativos e Passivos Fiscais

### a) Ativos Fiscais Correntes

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, está representado por Impostos e Contribuições a Compensar no montante de R\$2.675 milhões e (31/12/2022 R\$2.140 milhões).

### b) Ativos Fiscais Diferidos

#### b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldos em		Saldos em	
	30/06/2023	31/12/2022	31/12/2022	Constituição	Realização	30/06/2023
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	537.614	546.990	246.146	46.647	(50.866)	241.926
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	9.310	6.821	3.069	2.485	(1.365)	4.189
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	116.640	126.500	56.433	8.294	(12.239)	52.488
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	10.839	10.394	4.677	594	(394)	4.877
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	854	-	-	508	(124)	384
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	896	-	-	55	(13)	42
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	77.656	7.926	3.567	32.382	(1.003)	34.945
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda e Hedges Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	81.443	8.313	387	3.509	(109)	3.787
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	5.689	6.780	3.051	945	(1.436)	2.560
Outras Provisões Temporárias	63.739	72.539	32.642	809	(4.768)	28.685
<b>Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>904.680</b>	<b>786.263</b>	<b>349.972</b>	<b>96.228</b>	<b>(72.317)</b>	<b>373.883</b>
<b>Total dos Ativos Fiscais Diferidos</b>	<b>904.680</b>	<b>786.263</b>	<b>349.972</b>	<b>96.228</b>	<b>(72.317)</b>	<b>373.883</b>

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, o Banco RCI Brasil não possui ativos fiscais diferidos não contabilizados.

#### b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos		Total
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Fiscais		
2023	30.259	24.207	638	-		55.104
2024	61.300	49.040	1.276	-		111.616
2025	57.117	45.694	1.277	-		104.088
2026	50.048	40.039	639	-		90.726
2027	344	275	-	-		619
2028 a 2033	6.517	5.213	-	-		11.730
<b>Total</b>	<b>205.585</b>	<b>164.468</b>	<b>3.830</b>	<b>-</b>		<b>373.883</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

#### b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos Ativos Fiscais Diferidos é de R\$314.512 (31/12/2022 - R\$300.888), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os exercícios correspondentes.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

### c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores envolvidos em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2023	31/12/2022
Impostos e Contribuições a Pagar	20.879	21.257
Passivos Fiscais Diferidos	61.026	117.010
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	20.498	57.191
<b>Total</b>	<b>102.403</b>	<b>195.458</b>

#### c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldos em		Constituição	Realização	Saldos em
	30/06/2023	31/12/2022	31/12/2022	30/06/2023			
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - IR/CS	34.249	110.569	49.756	-	(34.344)	15.412	
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	35.920	115.961	5.392	-	(3.722)	1.670	
Superveniência de Arrendamento Mercantil	175.774	247.448	61.862	-	(17.918)	43.944	
<b>Total</b>	<b>245.943</b>	<b>473.978</b>	<b>117.010</b>	<b>-</b>	<b>(55.984)</b>	<b>61.026</b>	

#### c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	Pis/Cofins	
2023	10.216	1.142	278	11.636
2024	11.643	2.283	557	14.483
2025	11.643	2.283	557	14.483
2026	10.216	1.141	278	11.635
2027	8.789	-	-	8.789
<b>Total</b>	<b>52.507</b>	<b>6.849</b>	<b>1.670</b>	<b>61.026</b>

### d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	30/06/2023	30/06/2022
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>106.170</b>	<b>108.753</b>
Participações no Lucro	(2.099)	(1.731)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>104.071</b>	<b>107.022</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente</b>	<b>(46.832)</b>	<b>(48.160)</b>
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	2.666	7.947
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	-	(10.142)
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	1.177	(367)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(42.989)</b>	<b>(50.723)</b>
<b>Impostos Correntes</b>	<b>(49.997)</b>	<b>(88.672)</b>
Imposto de renda e contribuição social do período	(49.997)	(88.672)
<b>Impostos Diferidos</b>	<b>7.008</b>	<b>37.949</b>
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	7.008	37.949
<b>Total dos impostos diferidos</b>	<b>7.008</b>	<b>37.949</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(42.989)</b>	<b>(50.723)</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**10. Outros Ativos**

	30/06/2023	31/12/2022
<b>Devedores por Depósitos em Garantia</b>		
Para Interposição de Recursos Fiscais	196.110	190.119
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	616	628
Para Interposição de Recursos Cíveis	7.671	23.610
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	29.446	21.770
Outros Valores e Bens e despesas antecipadas	40.439	43.301
Outros	3.637	3.126
<b>Total</b>	<b>277.919</b>	<b>282.554</b>

**11. Imobilizado de Uso**

	30/06/2023		31/12/2022	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.665	(1.479)	1.186	1.296
Sistemas de Segurança e Comunicações	146	(118)	28	30
Sistemas de Processamento de Dados	827	(812)	15	33
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.974	(958)	1.016	1.027
<b>Total</b>	<b>5.612</b>	<b>(3.367)</b>	<b>2.245</b>	<b>2.386</b>

**12. Intangível**

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$9.898 (31/12/2022- R\$9.898) como custo de aquisição e R\$7.065 (31/12/2022 - R\$6.634) de amortização acumulada.

**13. Captação de Recursos****a) Depósitos**

	30/06/2023				31/12/2022	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros <sup>(1)</sup>	-	614.821	1.040.537	1.562.307	3.217.665	2.737.274
Depósitos a Prazo <sup>(2)</sup>	-	133.114	103.835	127.268	364.217	332.794
Outros Depósitos <sup>(3)</sup>	13.975	-	-	-	13.975	12.677
<b>Total</b>	<b>13.975</b>	<b>747.935</b>	<b>1.144.372</b>	<b>1.689.575</b>	<b>3.595.857</b>	<b>3.082.745</b>

(1) Inclui o valor de R\$1.348.489 (31/12/2022 - R\$1.468.016) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa e possuem data de emissão entre 19 de outubro de 2018 até 30 de junho de 2023, possuem prazo de vencimento entre 2023 e 2026.

(2) Incluiu o valor de R\$166.627 (31/12/2022 - R\$154.780) Compostos por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e possuem data de emissão entre 07 de julho de 2021 até 02 de dezembro de 2021 e prazo de vencimento entre 2023 e 2024 com possibilidade de antecipação.

(3) Refere-se a pagamentos a maior das parcelas de financiamento de veículos realizados por parte de nossos clientes, disponíveis para resgate.

**b) Recursos de Aceites e Emissão de Títul**

	30/06/2023			31/12/2022	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais <sup>(1)(3)</sup>	40.506	237.011	912.456	1.189.973	1.209.681
Letras Financeiras <sup>(2)(4)</sup>	261.878	983.221	3.205.689	4.450.788	4.414.888
<b>Total</b>	<b>302.384</b>	<b>1.220.232</b>	<b>4.118.145</b>	<b>5.640.761</b>	<b>5.624.569</b>

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas. Possuem data de emissão entre 20 de julho de 2020 e 29 de junho de 2023, possuem prazo de vencimento entre 2023 e 2026.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal mínimo de R\$ 50. Possuem data de emissão entre 26 de fevereiro 2019 a 27 de junho de 2023, possuem prazo de vencimento entre 2023 e 2026 sem possibilidade de antecipação e podem ser liquidadas somente após 24 meses decorridos.
- (3) Em 30 de junho de 2023, inclui o valor de R\$279.146 (31/12/2022 - R\$237.606) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa.
- (4) Em 30 de junho de 2023, inclui o valor de R\$3.793.098 (31/12/2022 - R\$3.734.105) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

#### 14. Outros Passivos

	30/06/2023	31/12/2022
<b>Sociais e Estatutárias<sup>(1)</sup></b>	<b>1.892</b>	<b>201.322</b>
<b>Diversas</b>	<b>433.789</b>	<b>436.017</b>
Provisão para Riscos Fiscais, Obrigações Legais, Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15)	175.484	181.791
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	179.810	163.212
Seguro Prestamista Financiamento Aymoré	8	5.722
Provisões com Despesas de Comissões	18.185	15.705
Provisões com Despesas Profit Share	10.532	8.487
Provisões com Campanhas de Publicidade	3.929	9.784
Outras	45.841	51.316
<b>Total</b>	<b>435.681</b>	<b>637.339</b>

(1) Saldo referente a deliberação de dividendos e JCP, corresponde a dezembro de 2022, conforme (nota 16b).

#### 15. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

##### a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

##### b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2023	31/12/2022
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14)	155.335	164.576
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 14)	20.149	17.215
Ações Trabalhistas	10.839	10.394
Ações Cíveis	9.310	6.821
<b>Total</b>	<b>175.484</b>	<b>181.791</b>

##### c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2023			01/01 a 30/06/2022		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
<b>Saldo Inicial</b>	<b>164.576</b>	<b>10.394</b>	<b>6.821</b>	<b>153.037</b>	<b>12.999</b>	<b>6.641</b>
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações Monetárias <sup>(1)</sup>	6.562	455	8.416	7.355	(710)	5.355
Pagamentos	(15.803)	(11)	(5.927)	(2.191)	(2.620)	(5.036)
<b>Saldo Final</b>	<b>155.335</b>	<b>10.838</b>	<b>9.310</b>	<b>158.201</b>	<b>9.660</b>	<b>6.960</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos <sup>(2)</sup>	196.110	616	7.671	184.705	924	22.482

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

#### d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

**PIS e COFINS** - R\$15.792 (31/12/2022 - R\$15.338): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela COFINS apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Em 2023, entretanto, o STF decidiu o Tema 372 por meio de Repercussão Geral, e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras, de forma a terem sido constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

**Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$129.210 (31/12/2022 - R\$124.835): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento. Ação judicial com trânsito em julgado, com sentença desfavorável ao Banco RCI, aguardando o levantamento de valores pela União para conversão em renda.

#### e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

#### f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e", mas para as quais, pelas características individuais, foram avaliadas pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, no montante aproximado de R\$59.468 para ações cíveis, R\$2.058 para ações trabalhistas e R\$224.747 para ações fiscais, sendo a principal ação fiscal, descrita no parágrafo abaixo (PIS/COFINS). (31/12/2022 - R\$69.458, R\$2.612 e R\$243.529, respectivamente).

**PIS/COFINS – Auto de Infração** - R\$126.376 (31/12/2022 - R\$126.968): Em março de 2018, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração, visando a cobrança dos tributos de PIS e COFINS, referente ao período de agosto de 2013 a junho de 2016, sob alegação de supostas irregularidades na apuração da base de cálculo destes tributos, a saber: (i) não oferecimento à tributação de receitas operacionais apuradas na venda de bens do ativo não circulante; (ii) deduções de despesas não comprovadas; (iii) deduções de insuficiências de depreciação não comprovadas; (iv) apropriação de valores negativos de superveniência de depreciação não comprovados; e (v) não oferecimento à tributação de receitas de juros de mora no leasing. Atualmente, o processo administrativo aguarda decisão.

## 16. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
<b>Total</b>	<b>202.512</b>	<b>201.941</b>	<b>404.453</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Em virtude da Resolução CMN nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, o Banco deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

	30/06/2023	
	Em Milhares de Reais	
	Bruto	Líquido
Dividendos Intercalares <sup>(1)</sup>	10.555	10.555
Dividendos Intermediários <sup>(2)</sup>	107.556	107.556
<b>Total</b>	<b>118.111</b>	<b>118.111</b>

(1) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinário realizada em 28 de abril de 2023, cujo pagamento foi efetuado em maio de 2023.

(2) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinário realizada em 28 de abril de 2023, a qual retificou a deliberação na Assembleia Geral Ordinária de 30 de dezembro de 2022, cujo pagamento foi efetuado em maio de 2023.

## c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do semestre foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

## d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal no semestre, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

## 17. Partes Relacionadas

### a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 28 de abril de 2023, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano foi fixado o valor máximo de R\$5.774 (2022 - R\$5.249). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI Brasil e no Banco Santander.

#### a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

#### a.2) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva	30/06/2023	30/06/2022
Remuneração Fixa	640	887
Remuneração Variável	184	102
Outras	-	577
<b>Total</b>	<b>824</b>	<b>1.566</b>

Adicionalmente, no semestre findo em 30 de junho de 2023, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$282 (30/06/2022 - R\$429).

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## b) Operações de Crédito

O Banco RCI Brasil poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco RCI Brasil, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

- I. Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- II. Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- III. Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- IV. Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- V. Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- VI. Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira possua participação societária qualificada;
- VII. Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- VIII. Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira.

## c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

## d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Abaixo estão demonstrados as principais transações e saldos com Pessoal Chave da Administração e demais partes relacionadas:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	30/06/2022
<b>Disponibilidades</b>	<b>178.548</b>	<b>28.426</b>	-	-
Banco Santander(2)	178.548	28.426	-	-
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>60.000</b>	<b>127.084</b>	<b>9.786</b>	<b>7.557</b>
Banco Santander(2)	60.000	127.084	9.786	7.557
<b>Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria</b>	<b>1.830.422</b>	<b>1.223.043</b>	<b>96.267</b>	<b>49.843</b>
FIDC Venda de Veículos(6)	1.830.422	1.223.043	96.267	49.843
<b>Operações de Crédito</b>	<b>3.139</b>	<b>6.367</b>	<b>19.344</b>	<b>31.842</b>
Renault do Brasil S.A.(3)	585	1.796	4.990	8.156
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.(3)	1.087	1.001	5.399	4.208
Nissan do Brasil S.A.(3)	1.467	3.570	8.955	19.478
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas(7)</b>	<b>30.211</b>	<b>21.716</b>	<b>88.234</b>	<b>54.832</b>
Renault do Brasil S.A.(3)	17.977	13.301	42.074	53.239
Nissan do Brasil S.A.(3)	12.202	8.415	45.540	998
FIDC Venda de Veículos(6)	-	-	271	253
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.(5)	32	-	349	342
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>(3.044.158)</b>	<b>(2.641.982)</b>	<b>(157.473)</b>	<b>(144.416)</b>
Banco Santander(2)	(3.044.158)	(2.641.982)	(157.473)	(144.416)

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	30/06/2022
<b>Recursos de Aceites Cambiais</b>	<b>(105.402)</b>	<b>(110.897)</b>	<b>(6.283)</b>	<b>(19.386)</b>
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A.(5)	(12.134)	(71.007)	(2.566)	(10.981)
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda.(3)	(84.418)	(21.340)	(2.725)	(6.131)
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.(5)	(8.851)	(18.550)	(992)	(901)
FIDC Venda de Veículos (6)	-	-	-	(1.373)
<b>Valores a Pagar a Sociedades Ligadas</b>	<b>(14.625)</b>	<b>(9.906)</b>	<b>(30.210)</b>	<b>(31.365)</b>
Banco Santander(2)	-	-	(4.817)	(5.427)
RCI Banque(1)(2)	(2.728)	-	(99)	(2.040)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.(1)(4)	(1.365)	(1.419)	(8.174)	(8.222)
Nissan do Brasil S.A.(3)	(10.532)	(8.487)	(17.120)	(15.676)
<b>Outras Obrigações – Diversas</b>	<b>(53)</b>	<b>(44)</b>	<b>(1.125)</b>	<b>(1.798)</b>
Pessoal Chave da Administração	-	-	(824)	(1.566)
Renault do Brasil S.A.(3)	(21)	(15)	(123)	(153)
Nissan do Brasil S.A.(3)	(32)	(29)	(178)	(79)

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) Controladores da Companhia (Nota 16.b).

(3) Coligadas da controladora RCI Banque.

(4) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(5) Controladas da controladora RCI Banque.

(6) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas.

(7) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos – Diversos

**18. Rendas de Tarifas Bancárias**

	30/06/2023	30/06/2022
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	29.055	20.410
Outras	2.767	2.634
<b>Total</b>	<b>31.822</b>	<b>23.044</b>

**19. Outras Despesas Administrativas**

	30/06/2023	30/06/2022
Serviços do Sistema Financeiro	8.563	8.518
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	28.471	27.468
Propaganda e Publicidade	24.707	27.161
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos	8.174	8.222
Convênio Operacional RCI Banque	99	2.040
Serviços de Processamento de Dados	6.084	13.853
Transportes e Viagens	1.762	787
Outras	5.497	4.575
<b>Total</b>	<b>83.357</b>	<b>92.624</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## 20. Outras Receitas Operacionais

	30/06/2023	30/06/2022
Atualização de Depósitos Judiciais	7.865	3.914
Atualização de Impostos a Compensar	2.384	4.003
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	9.194	7.076
Recuperação de Encargos e Despesas	31.608	26.672
Reversão de Provisão P/IRPJ E CSLL	2.590	15.184
Reversão de Provisões Operacionais	27.432	8.513
Outras	271	429
<b>Total</b>	<b>81.344</b>	<b>65.791</b>

## 21. Outras Despesas Operacionais

	30/06/2023	30/06/2022
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	30.208	30.992
<b>Provisões Operacionais</b>		
Cíveis (Nota 15.c)	11.678	9.161
Fiscais (Nota 15.c)	3.204	2.028
Trabalhista (Nota 15.c)	1331	4.056
Gastos com Cobrança de Contratos em Atraso	35.870	22.007
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	2.077	1.294
Atualização Monetária Contingência Fiscal	6.685	7.581
Outras	1783	1.785
<b>Total</b>	<b>92.836</b>	<b>78.904</b>

## 22. Resultado Não Operacional

	30/06/2023	30/06/2022
Resultado alienação de imobilizado de arrendamento	420	1.078
Perdas de Capital	(76)	(6)
Resultado na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	(250)	(132)
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>940</b>

## 23. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

c) A apuração do Índice de Basileia aplicado ao Banco RCI Brasil é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

Estas Demonstrações Financeiras, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito e Apuração do Índice de Basileia, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2023, disponíveis no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

\*\*\*\*\*

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente**

Jean-Marc Marie Bernard Saugier

**Suplente do Presidente do Conselho**

João Miguel dos Santos Leandro

**Conselheiros Efetivos**

Cezar Augusto Janikian  
Denis Ferro Junior  
Jean Pierre Dupui (aguarda posse)<sup>2</sup>  
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee  
José Luis Medina Del Río

**Conselheiros Suplentes**

Murilo Azevedo Bruno  
Paulo Sergio Duailibi (aguarda posse)<sup>1</sup>  
Ricardo Olivare de Magalhães  
Roberto Alexandre Borges Fischetti  
Rosano Ouriques

**DIRETORIA**

**Diretor Presidente**

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

**Diretor de Relações Institucionais**

Cezar Augusto Janikian

**Diretor Geral**

José Luis Medina Del Río

**Diretor Administrativo Financeiro**

Rosano Ouriques

**Diretor de Risco**

Murilo Azevedo Bruno

**CONTADORA**

Samantha Paludetto Flores Melgas – CRC N° SP – 333402/O-3

(1) A eleição do Sr. Paulo Sergio Dualibi aguarda a homologação pelo Banco Central do Brasil para que o conselheiro possa tomar posse de seu cargo.  
(2) A eleição do Sr. Jean Pierre Dupui aguarda a homologação pelo Banco Central do Brasil para que o conselheiro possa tomar posse de seu cargo.

*\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

### **Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração dos resultados abrangentes, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

#### **Diretor Presidente**

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

#### **Diretor Geral**

José Luis Medina Del Río

#### **Diretor Administrativo Financeiro**

Rosano Ouriques

#### **Diretor de Risco**

Murilo Azevedo Bruno

#### **Diretor de Relações Institucionais**

Cezar Augusto Janikian

Curitiba, 11 de agosto de 2023.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

### **Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, sobre as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração de resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

#### **Diretor Presidente**

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

#### **Diretor Geral**

José Luis Medina Del Río

#### **Diretor Administrativo Financeiro**

Rosano Ouriques

#### **Diretor de Risco**

Murilo Azevedo Bruno

#### **Diretor de Relações Institucionais**

Cezar Augusto Janikian

Curitiba, 11 de agosto de 2023.